

# Miséria destrói homem e ambiente

A proliferação de favelas em áreas protegidas das grandes cidades brasileiras — o Recife incluído — está levando a um grande desastre ambiental

LIANA JOHN (\*)  
AE

De São Paulo

Em nenhum outro lugar do Brasil, como nas favelas urbanas, a relação entre destruição ambiental e miséria é mais estreita. Por uma longa lista de motivos — que vão do empobrecimento geral do País e das constantes migrações internas à absoluta falta de consciência e visão de futuro — as famílias de baixa renda quase sempre se instalam irregularmente nas áreas definidas pela legislação como de proteção permanente. São encostas de morros com inclinações superiores a 30 graus, mananciais, várzeas inundáveis de rios, estuários, mangues e remanescentes de florestas litorâneas (Mata Atlântica e restingas).

Essas áreas foram definidas como de proteção permanente por leis federais, estaduais e municipais e não comportam construções de nenhum tipo. Tais leis não nasceram do acaso ou da vontade política de marginalizar a população de baixa renda. Elas existem porque as áreas de proteção permanente abrigam recursos e ecossistemas fundamentais para o abastecimento da própria população (mananciais e mangues) ou porque são áreas naturalmente perigosas, onde deslizamentos e inundações são a regra e não a exceção (encostas, várzeas, estuários e florestas litorâneas). Ocorre que, por serem patrimônio público, sem fins lucrativos e sem limites físicos muito definidos, as áreas de proteção permanente são vistas pelo migrante e sem-terras como áreas preferenciais para invasões e instalação de barracos. Afinal, essas áreas não são dono, nem cerca, não têm ninguém que responda diretamente por elas e, em boa parte dos casos, ficam convenientemente próximas dos locais de trabalho, o que alivia o peso do transporte no parco orçamento familiar dos favelados.

Uma vez instalada a favela, dificilmente se remove a população. A desculpa mais comum nas prefeituras é a de que não há verbas para remanejamentos: os terrenos que as prefeituras podem oferecer para construção de casas populares geralmente são distantes dos centros de trabalho e

não existem recursos para a urbanização mínima, ou seja, não são dotados de água, esgoto, luz elétrica, nem servidos por linhas de ônibus. As favelas também não têm nada disso, mas as áreas de proteção oferecem recursos e vantagens aproveitados de forma caótica e irracional pelos favelados. Em geral, as famílias tiram água diretamente dos rios e das mangues e devolvem esgoto e lixo também direto para a natureza, muitas vezes prejudicando o abastecimento de todo o resto da população. Em Curitiba, por exemplo, cerca de 246 mil pessoas instaladas irregularmente na zona de mananciais contaminam a água para o abastecimento de 3 milhões de habitantes. No Recife, a prefeitura estima que cerca de 800 mil pessoas, ou 60% dos habitantes da cidade, vivem em favelas de palafitas sobre os mangues ou alagados, de onde retiram água e alimento, apresentando alto índice de doenças infecciosas e parasitárias.

## FIOS CLANDESTINOS

Nas áreas de proteção centrais — como os morros do Rio de Janeiro e as marginais de rios em São Paulo — também fica mais fácil puxar eletricidade de fios clandestinos ligados à rede elétrica, o que coloca em risco a vida dos próprios favelados, com freqüentes incêndios. Em alguns pontos, como em Salvador, as ligações clandestinas passam por baixo das linhas férreas e o que ocasionou um acidente com descarrilamento de trem, seguido de incêndio, que matou 99 pessoas, no ano passado.

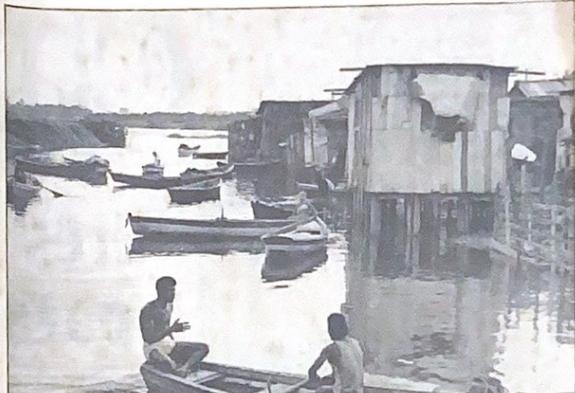
Algumas vezes falta vontade política de interromper esse fluxo", critica a arquiteta Regina Kaor Singh, consultora do Programa de Saneamento Ambiental (Prosan), que o governo do Paraná está tentando estabelecer com financiamento do Banco Mundial. "Nos períodos eleitorais, a rede de água é estendida para qualquer lugar, sem nenhum critério", diz. Depois da água, vêm as linhas de ônibus e a instalação de energia elétrica, mas nunca a rede de esgoto. Uma vez urbanizada, torna-se impossível transferir as favelas sem causar comoveções.

"Nos anos eleitorais sempre se constata uma verdadeira exploração das favelas", confirma Luiz Antônio dos Santos, presidente

do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Condema, em Santos, São Paulo Segundo ele, os candidatos incentivam a população a invadir áreas de proteção. No Rio de Janeiro, ganhar o voto dos favelados pode significar a diferença entre a vitória e a derrota nas eleições, como se comprovou no pleito que elegeu o governador Leonel Brizola. Por isso, favelas famosas, como a da Rocinha, começam a virar bairros. A prefeitura carioca já está criando legislações específicas para cada favela. A própria Rocinha terá um código especial de ordenamento do solo, formulado por técnicos da prefeitura em conjunto com associações de moradores. "A ideia é não mexer com quem já ocupou e não deixar mais gente entrar", explica Mircia Coutinho, da Diretoria de Projetos do Instituto de Planejamento do Município (Iplan), do Rio. Enquanto o instituto discute ideias, brotam favelas da noite para o dia, como a Vila Verde instalada numa floresta da Estrada da Gávea, por ex-moradores da vizinha Rocinha, fugindo dos altos aluguéis.

"Ninguém vai morar no mangue ou na beira dos rios porque quer", argumenta Gênova Maria da Silva, que faz parte da coordenação nacional de Movimento de Defesa dos Favelados, no Recife. "Está na moda defender a ecologia, há um exagero na avaliação da questão ambiental, que atrai os programas para urbanizar as Zonas Especiais de Interesse Social, áreas onde há grande número de favelados e prioridades para urbanização. Logo, existem 26 mil no Recife, mas apenas quatro estão com projetos de urbanização em andamento.

Ao separar a proteção ambiental da proteção à qualidade de vida, Gênova não reflete apenas o pensamento da maioria dos favelados, mas também o de muitos políticos e administradores brasileiros, incapazes de julgar causa e consequência nos casos de invasão de áreas de proteção permanente. Para eles, a defesa de uma área de proteção é um luxo e não uma maneira de evitar riscos de deslizamento, inundação e contaminação. Eles não conseguem ver que a solução improvisada da emergência de hoje (conseguir moradia rápida e barata), leva a emergências piores amanhã (desabrigados e mortos). Isso, no caso da ocupação de encostas e áreas inundáveis, onde o risco de vida é evidente. Que dizer, então, da ocupação de mananciais, mangues e florestas, onde as invasões de hoje estão associadas apenas à futura contaminação das águas, à proliferação de doenças infecciosas, ao assoreamen-



"Ninguém vai morar no mangue ou na beira do rio porque quer" (Gênova Silva, do Recife)

to das nascentes, à redução das áreas de reprodução de peixes e crustáceos (mangues)?

## RICOS PREDADORES

"Os pobres destroem 10% e os ricos 90% dos manguezais da Barra da Tijua", argumenta Maria Figueiredo, diretora Jurídica da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, Faforj. A entidade está preparando um dossiê para levar à conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, mostrando que as famílias de baixa renda não são as únicas responsáveis pelos desmatamentos na cidade. O que é essencialmente verdade, haja vista o número de multas e embargos de condomínios de luxo sobre trechos de Mata Atlântica, matas de restinga e mangues, não só na Barra da Tijua como em todo o litoral brasileiro. Mas dividir a culpa com os ricos não resolve a questão.

A condescendência com a pobreza, em prejuízo das áreas protegidas, levou a cidade do Rio de Janeiro a ter 240 pontos críticos de risco, todos situados em áreas de proteção permanente, conforme levantamento do Inpa-Rio. São áreas onde a população tem de ser removida de qualquer maneira. A mesma condescendência tem feito grande número de desapropriados, como os 25 mil favelados, vítimas das inundações no Recife, no ano passado, ou os 300 mortos e 22 mil desabrigados, vítimas dos deslizamentos nas favelas do Rio de Janeiro em 1988. Ou os nove mortos e 800 desabrigados também no Rio. Em 1989, ou ainda os 12 mortos e dezenas de desabrigados de Cubatão, em 1988.

Algumas prefeituras têm tentado criar programas de convivência com a emergência, onde quer que a legislação se mostre insuficiente para prevenir a ocupação das áreas de proteção. Existe até mesmo um grupo de geólogos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, especializado no diagnóstico dessas áreas de risco e na assessoria técnica em obras de estabilização. É o Agrupamento de Geologia Aplicada ao Meio Ambiente, que desde 1983 vem trabalhando na prevenção de deslizamentos em encostas ocupadas por favelas, em diversos Estados brasileiros.

"Querá deixar bem claro que o IPT não defende a ocupação de encostas, mas, diante dos fatos criados, procuramos dar condições mínimas para a população conviver com situações de risco em relativa segurança", explica o geólogo Leandro Cerrí. O trabalho deles começou em Cubatão, às margens da Via Anchieta, na Baixada Santista. Ali, existem cerca de duas mil moradias praticamente penetradas em encostas muito escarpadas, onde moram trabalhadores do pólo industrial de Cubatão, internacionalmente conhecido como o Vale da Morte.

As encostas são naturalmente sujeitas a deslizamentos porque têm uma camada pouco espessa de terra sobre a rocha, numa região onde as chuvas passam dos 1.500mm anuais. "Lá, adotamos um plano preventivo de defesa civil", explica Cerrí. O plano consiste no monitoramento do índice de chuvas locais e das previsões meteorológicas. Sempre que as chuvas indicam perigo real de deslizamentos são feitas visitas de campo e, em caso de risco iminente, é feita a remoção temporária das famílias.

## REPASSE DE TECNOLOGIAS

Esquemas semelhantes têm sido montados pelos técnicos do IPT para as prefeituras de diversas cidades, para as quais eles também repassam tecnologias de estabilização das encostas a baixo custo, desenvolvidas pelo próprio grupo. Tais tecnologias envolvem desde a drenagem das águas de superfície e subsuperfície até a construção de muros de arrimo e obras de terraplenagem adequadas ao solo e às condições climáticas do País. Isso ajuda a evitar partes das áreas, durante a estação chuvosa, quando os barrancos deslizam junto com as encostas sobre os favelados. Mas é uma parte ainda pequena e só se aplica a faixas instaladas em encostas. Resta ainda uma solução a inundação das favelas nas margens dos rios, em estuários e mangues.

"Em alguns casos, a solução é improvisada. Estamos cercando as áreas de proteção para prevenir contra invasões, mas não dá para cercar a margem inteira de

um rio", conta Clayton Roberto Garcia, diretor do Departamento de Parques e Jardins de Campinas, no interior de São Paulo. O interior paulista é uma das áreas mais desenvolvidas do País e tem um número de favelas relativamente pequeno. Mas o caos econômico e o consequente empobrecimento generalizado estão conduzindo levadas cada vez maiores de migrantes para essa região privilegiada. A prefeitura de Campinas tenta remover as favelas para áreas urbanizadas, mas não vence o fluxo migratório. Conforme Garcia, todos têm o direito de moradia, mas há pessoas que invadem uma área, dão origem a uma nova favela, depois vendem o barracão para outros e pode-se encontrar a mesma pessoa em outra invasão. A prefeitura tem cercado as áreas de proteção prioritárias. "A cerca intimida os invasores e ajuda a conter o movimento de criação das favelas em áreas de proteção, mas é um paliativo. A solução seria a educação ambiental, um certo controle da migração, criar desenvolvimento no Nordeste e não deixar rolar", acredita Garcia.

Uma proposta por demais idealista para aqueles que não conseguem vincular a proteção ambiental à qualidade de vida. Há cerca de 10 milhões de brasileiros que, como Maria da Conceição, favelada de Curitiba, só conseguem pensar na sobrevivência imediata. "A gente nem sabe se faz mal ou bem, só tenta não morrer".

(\*) Reportagem de Chico Otávio, Liana John, Sérgio Buarque, Teresa Fortado e Zuleide de Barros, da Agência Estado.



Por serem públicas, as áreas de proteção são mais fáceis de invadir

## DANDO CIÊNCIA

### Preparando a ICID

Deverão estar prontos esta semana os trabalhos de reforma e adaptação do Centro de Convenções Edson Queiroz, em Fortaleza, onde será realizada, de 27 deste mês a 1ª de fevereiro, a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-áridas. ICID, organizada pela Fundação Esquel-Brasil e patrocinada pelo governo cariense. Esperam-se mais de 300 participantes, de 50 países.

### Plano do ITEP

O plano diretor da Fundação Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco, ITEP, será entregue nos próximos dias ao governador Joaquim Francisco, contendo as diretrizes da política de ciência e tecnologia do Estado para o período 1992-94. O plano, para ser aplicado, exigirá investimentos de 1,5 milhão de dólares, que virão principalmente dos governos estadual e federal e de instituições de fomento do país e do exterior.

### Proibido pescar

Desde a semana passada está proibida, em todo o litoral brasileiro, a pesca de camarão, lagosta, sardinha e anchova, que assim ficam protegidas durante o seu período de desova e crescimento de filhotes. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Ibama, vai gastar seis milhões de cruzeiros na fiscalização do chamado defeso. O Ibama está decidindo como ocupar a frota pesqueira durante o período.

### Crime e castigo

A National Waste Disposal Co., uma das maiores empresas de coleta e disposição de lixo do estado de Nova Jersey (EUA), foi condenada a encerrar suas atividades por decisão de um juiz estadual, proferida na semana que passou. A "decisão histórica" (nas palavras do promotor ambiental Steven Madonia) foi tomada porque a firma operava ilegalmente aterros sanitários, manipulava lixo perigoso sem cuidados e adulterava documentos.

## TÁBUA DE MARÉS

JANEIRO								
DIA	HORA	ALT	DIA	HORA	ALT			
01	01	0,7	18	00	1,7			
01	02	0,5	18	01	1,5			
01	03	0,4	18	02	1,4			
01	04	0,4	18	03	1,4			
01	05	0,4	18	04	1,4			
01	06	0,4	18	05	1,4			
01	07	0,4	18	06	1,4			
01	08	0,4	18	07	1,4			
01	09	0,4	18	08	1,4			
01	10	0,4	18	09	1,4			
01	11	0,4	18	10	1,4			
01	12	0,4	18	11	1,4			
01	13	0,4	18	12	1,4			
01	14	0,4	18	13	1,4			
01	15	0,4	18	14	1,4			
01	16	0,4	18	15	1,4			
01	17	0,4	18	16	1,4			
01	18	0,4	18	17	1,4			
01	19	0,4	18	18	1,4			
01	20	0,4	18	19	1,4			
01	21	0,4	18	20	1,4			
01	22	0,4	18	21	1,4			
01	23	0,4	18	22	1,4			
01	24	0,4	18	23	1,4			
01	25	0,4	18	24	1,4			
01	26	0,4	18	25	1,4			
01	27	0,4	18	26	1,4			
01	28	0,4	18	27	1,4			
01	29	0,4	18	28	1,4			
01	30	0,4	18	29	1,4			
01	31	0,4	18	30	1,4			

**Programa do MEIO DIA**

NÃO PERCA HOJE NO PROGRAMA DO MEIO-DIA

GRACA ANÁDIO: Entrevista e reportagem de Educação e professora ELIZ WELBY, sobre a educação de Pernambuco, e seu livro "O LITÍCIO: ANO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL".

CARLÉN PEREIRA: Entrevista e crítica do Serviço de Defesa do Consumidor Mário Gomes.

ALEX: Conversa com o biólogo Roberto Castello, sobre a situação do litoral no Museu de Arica Contemporânea.

**PROGRAMA DO MEIO-DIA**  
DE 2ª A SÁBADO, DAS 12:30 AS 13:30H